

Escola de Formação Política Miguel Arraes

# Curso de Atualização e Capacitação Sobre Formulação e Gestão de Políticas Públicas

#### Módulo II

Políticas Públicas e Direitos Humanos

#### Aula 4

Assistência social e políticas de enfrentamento da pobreza



- A visibilização da exclusão social e da pobreza no Brasil e a discussão sobre as alternativas para seu enfrentamento têm colocado na agenda nacional o tema da assistência social
- Outras expressões associadas:
  - Terceiro setor,
  - Solidariedade
  - Responsabilidade social.



- Exclusão social resultado da desigualdade social e do empobrecimento da população
- Conceitos associados:
  - desqualificação social causada pelo desemprego e pela ausência de políticas sociais
  - desinserção sentimento de exclusão em sua dimensão simbólica
  - desafiliação ruptura de pertencimento ou vínculo societal
  - apartação social separação social de grandes grupos humanos, colocados à parte dos recursos e contatos da sociedade de consumo



#### História

- Primeiras iniciativas de atendimento aos necessitados
  - igrejas, especialmente da Igreja Católica.
  - compromisso com os pobres com base na caridade e generosidade cristã
  - construção de "obras pias", localizadas ao lado das igrejas e conventos religiosos.
  - Santas Casas de Misericórdia como instituições mais conhecidas



- História séculos XIX e inicio do século XX
  - Surgimento das grandes instituições de internação
    - Asilos, Hospitais de insanos, Hospitais de doentes crônicos, Orfanatos, Educandários.
  - Êxodo rural introdução do trabalho assalariado e o fim da escravatura
    - movimento higienista assistência e medicina social para proteger as cidades dos inválidos, órfãos e delinqüentes.
    - introdução de conceitos e técnicas "científicas" nos serviços sociais.
  - Chegada de imigrantes desamparados
    - Criação de sociedades de auxílio mútuo
    - Surgimento de obras de benemerência e filantropia



- História Século XX
  - Constituição de 1934
    - » dever do Estado de prover condições à preservação física e moral da infância e da juventude
    - » garantir o auxilio do Estado aos pais miseráveis que não conseguissem garantir a subsistência de seus filhos.
  - Caráter paternalista: mantinha o beneficiado na condição de pobreza e subalternidade.
  - Anos 70 e 80 > "ensinar a pescar"- promoção social
  - Caráter clientelista ajuda aos pobres como moeda eleitoral.
  - Primeiras-damas- clientelismo + paternalismo: a política do favor.



- História Século XX
  - Luta pela melhoria das condições de vida > ampliação da oferta de serviços e programas sociais nas comunidades.
  - Programas de habitação popular, cursos profissionalizantes, creches e programas educativos complementares à escola.
  - Pressão por soluções para a "questão social"
    - tentativa de profissionalização
    - superação do padrão assistencialista e repressor



- História Século XX
  - O Estado Social brasileiro
    - O Welfare State brasileiro?
      - » A partir de decisões autárquicas
      - » Criação de grandes organismos nacionais de política social
      - » Cobertura não universal
    - Retorno à democracia e do aumento da participação popular
      - » Estagnação ou retração das políticas sociais
      - » Resgate da "dívida social"?
      - » Desativação das estruturas públicas –LBA CBIA
      - » Descentralização primeiros movimentos em direção à municipalização



- Constituição Federal de 1988
  - assistência social como política social > seguridade social
- Regulamentações posteriores
  - » Lei Orgânica da Assistência Social LOAS
  - » Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.
  - » Sistema Único da Assistência Social SUAS
  - » NOB Norma Operacional Básica da Assistência Social



- Descentralização e municipalização das políticas sociais
  - maior autonomia aos programas locais
  - mais proximidade com a população
- Ampliação dos canais de participação social
  - Conselhos Municipais
  - mais estímulo à articulação das políticas setoriais.



- Beneficiários da Assistência Social
  - » Todos os que estão fora das redes de proteção e de inclusão social.
  - Quem são eles?
    - Famílias ou pessoas empobrecidas,
      - em crise de sobrevivência,
      - vivendo sem renda ou com recursos insuficientes,
      - em situação precária de moradia,
      - com problemas nos relacionamentos sociofamiliares
        - » Crianças e adolescentes em risco social e pessoal
        - » Moradores de rua,
        - » Pessoas portadoras de deficiência sem apoio familiar
        - » Vítimas de conjunturas ou eventos que comprometem a sobrevivência digna.

          Fundação João Mangabeira

#### Assistência Social

– Artigo 2º. da LOAS:

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

#### Mínimos sociais

- » Acesso a uma renda mínima compatível com o atendimento às necessidades básicas
- » Oferta de serviços, programas e processos que assegurem segurança, sentido de pertencimento social
- » Facilitação e apoio para o acesso às demais políticas sociais.



- Perspectiva ampla da Assistência Social
  - Tripé da Seguridade Social: Assistência social -Saúde - Previdência Social
  - Temas da Assistência Social na Constituição Federal de 88 nos capítulos da:
    - » Educação, da Cultura e do Desporto,
    - » Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso
    - » Política Urbana, Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária.



- Assistência Social como processadora das demandas sociais geradas pelos mecanismos de exclusão
  - Estimuladora da criação de políticas públicas
  - Defensora do direito de todos ao mundo da cidadania



- Pobreza e renda
  - 53 milhões de pessoas em situação de pobreza (IPEA) > tendência de diminuição
  - Fatores têm contribuído na diminuição da pobreza
    - Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.



- A pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo
  - Falta de renda
  - Privação de capacidades substantivas e da liberdade de escolher e usufruir a vida
  - Falta de oportunidades de desenvolvimento
  - Acesso frágil e irregular a serviços públicos em todas as áreas.



- Bolsa-família
  - O Programa Bolsa Família oferece condições básicas de vida para os mais pobres > 11 milhões de pessoas.
  - Possibilitou a coordenação e gestão dos recursos
  - Tem contribuído para a erradicação da extrema pobreza



#### Três dimensões

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades
- Acesso a programas complementares de desenvolvimento das famílias.

#### **→** Limites:

- Ainda não consegue romper o fator intergeracional da pobreza
- Aumentou a freqüência escolar, mas não melhorou a aprendizagem.



- Economia solidária
  - Associações, cooperativas ou pequenos negócios em grupo
  - Práticas econômicas populares organizadas
  - Alternativa ao mercado exclusivamente competitivo



- → 2003 Lei 10.683
  - » Cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego
  - » SIES Sistema de Informação em Economia Solidária
     15.285 empreendimentos no Brasil em 2005
  - A ajuda mútua é essencial ao esforço de gente desprovida de capital para melhorar sua situação social e econômica
  - A Economia Solidária contribui para a mudança da cultura individualista, o rompimento do isolamento e a ampliação dos laços sociais.



- Organizações sociais e Terceiro Setor
  - Serviços e programas sociais oferecidos historicamente pela rede socioassistencial
    - por ausência do estado
    - por dificuldade ou recusa deste em chegar às micro esferas sociais com seus serviços diretos.
      - » O engajamento do setor empresarial com as causas sociais abriu espaço de realização de muitas praticas sociais inovadoras e importantes.
      - » No vazio das ações do Estado emergem iniciativas sociais não apenas no campo da assistência social, mas também no meio-ambiente, na cultura, nos esportes, na saúde, nos direitos civis, etc.



#### Terceiro setor

- Área híbrida público-privada de organizações sem fins lucrativos que se diferencia do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor)
- Adota a lógica da cidadania social e da inclusão
- Atuação diversificada

#### Marcas da História

- Prática personalista centrada no carisma ou no poder do dirigente
- Prática patrimonialista recursos públicos que servem a interesses privados, disfarçados de benemerência.



#### ONGs

- Quatro tipos de organização sem fins lucrativos atuantes na área de assistência social:
  - » Ongs de origem religiosa com forte vinculação comunitária e que prestam serviços de atenção, educação e apoio às famílias, idosos, mendigos e, especialmente crianças e adolescentes;
  - » Ongs mais voltadas ao advocacy a defesa e garantia de direitos sociais, da melhoria das condições de vida da população e da mobilização social;
  - » Ongs de estudo, pesquisa e formação de profissionais, com equipes que desenvolvem e produzem metodologias de intervenção social;
  - » Ongs que atuam no âmbito da filantropia empresarial, promovendo, apoiando ou financiando programas e projetos associados a uma causa ou a uma área social estratégica.



#### **→** ONGs

- Definição do CNAS Conselho Nacional de Assistência Social
  - São entidades e organizações de assistência social, "aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos".
- Mantém a imunidade para as entidades beneficentes de assistência social prevista no art. 195, § 7º, da CF/88.



- Visões diferentes:
  - Visão favorável considera as ONGs um elo indispensável da rede de atendimento social
  - Visão crítica acusa as ONGs de usurpar o papel do estado na provisão de serviços sociais



- Vantagens das ONGS
  - A capilaridade e a vinculação comunitária da rede de organizações as tornam próximas e legitimadas pelos cidadãos
    - São mais ágeis e menos burocratizadas
    - Flexibilizam suas atividades para atender as emergências sociais
    - Introduzem demandas na agenda pública
    - Procuram influenciar positivamente as políticas públicas.



- Vantagens das ONGS
  - Movimentam um volume significativo de recursos > atuação relevante também em termos econômicos.
    - O terceiro setor movimenta no Brasil R\$ 10,9 bilhões anuais (cerca de 1% do PIB)
    - Emprega cerca de 1,2 milhões de pessoas, alem de contar com 20 milhões de voluntários.
    - Entre 1991 e 1995, o mercado de trabalho do terceiro setor cresceu 45%, - 25% a mais do que o mercado em geral.



- Mudanças nas ONGS
  - modelo gerencial mais com maior profissionalização,
  - financiadores mais exigentes
  - 1998 Lei das Organizações Sociais OS (Lei n. 9.637/98)
  - 1999 Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei n. 9.790/99) Lei das OSCIPs.
    - » formaliza a relação do Estado com as organizações sociais mediante o Termo de Parceria



- → Voluntariado
  - O Brasil é o quinto do mundo em voluntários.
  - Há uma rede de organizações de voluntariado



- Visões sobre o papel do voluntário.
  - Trabalhar gratuitamente em ações de ajuda ao próximo.
  - Sinal de bondade e altruísmo pessoal > exigência religiosa de generosidade na relação com os que sofrem.
  - Reconhece-se o papel importante de muitos voluntários que disponibilizam tempo e competências também para:
    - » Atuar nos fóruns da cidadania,
    - » Participar na implementação de políticas públicas universais
    - » Mobilizar a sociedade em prol das mudanças sociais necessárias.



#### → Voluntariado

- Críticas ao trabalho voluntário
  - » Ações mais assistencialistas ou paternalistas
  - » Falta de preparação profissional para o trabalho
  - » Ocupação de vagas no mercado de trabalho
- O papel do voluntário é complementar e que de modo algum se devem organizar serviços que dependam exclusivamente do trabalho voluntário.
- Respaldo legal
  - Lei nº 9.608-98 define serviço voluntário e regulamenta sua atuação.



- A regulação da assistência social brasileira
  - As subvenções do Estado às organizações sociais tiveram uma primeira normatização com a criação do CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, extinto apenas em 1993 quando foi substituído pelo CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.
  - Os clamores vindos da sociedade reforçavam a demanda por maior participação e começa-se a exigir do setor assistencial práticas inovadoras para responder as demandas postas pela nova realidade nacional.



- O Artigo 194 Constituição Federal de 1988 define seguridade social:
  - "A Seguridade Social é compreendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social." (art. 194, CF).



- CONSTITUIÇÃO DE 1988: novo formato constitucional da política de assistência social no Brasil:
  - Política de Seguridade Social (art. 194)
  - Descentralização político-administrativa e participação da população



- LOAS -Lei Orgânica da Assistência Social -1993uma nova concepção e formatação da assistência social
  - "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva" (Art. 1º)
  - SUAS –Sistema Único da Assistência Social -2004: Operacionalização da LOAS



- → PRINCÍPIOS ORIENTADORES LOAS
  - "A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando:
    - ao enfrentamento da pobreza,
    - à garantia dos mínimos sociais,
    - ao provimento de condições para atender contingências sociais e
    - à universalização dos direitos sociais". (Art. 2.)
  - Enfoque de política inclusiva e integral
    - Como direito do cidadão, tendo por base um padrão ético e civilizatório que visa superar a lógica patrimonialista, populista e clientelista.



- LOAS Art. 4
  - Estabelece uma nova matriz para a Assistência Social
    - supremacia do atendimento às necessidades sociais;
    - universalização dos direitos sociais;
    - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade;
    - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
    - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais".



- → A LOAS propõe:
  - mudanças estruturais e conceituais na assistência social pública, transformando e criando um novo cenário com novos atores
  - novas estratégias e práticas
  - novas relações interinstitucionais com a sociedade



#### A Constituição Federal e a LOAS

- » Nova concepção e nova lógica de assistência social em termos de gestão e do controle social
- » garantia de cidadania, proteção social, caráter não contributivo, necessária integração entre o econômico e o social,
- » primazia da responsabilidade do Estado na universalização de direitos e de acessos aos serviços.

#### Novo desenho institucional:

- » comando único,
- » descentralização, planos e fundos
- » criação de conselhos de gestão e controle social e integrada às demais políticas setoriais.



- Norma Operacional básica NOB 1997
  - Conceitua o sistema descentralizado e participativo,
  - Amplia o âmbito da competência dos governos (federal, estadual e municipal)
  - Institui a exigência de conselho, fundo e plano municipal de assistência social para o município receber recursos federais.



- Norma Operacional básica NOB 1998
  - Amplia as atribuições dos Conselhos de Assistência Social
  - Propõe a criação de espaços de negociação e pactuação, de caráter permanente, para a discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social.
- **→**1998
  - Aprovada a Política Nacional de Assistência Social



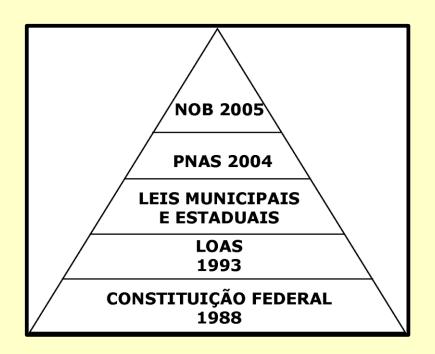
- NOB/SUAS-2005- Estabelece:
  - Caráter do Sistema Único da Assistência Social-SUAS
  - Funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira
  - Tipos e níveis de gestão do SUAS
  - Instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS;
  - Financiamento da Política de Assistência.



- Assistência Social como Política Pública de Direitos
  - Finalidade:
    - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial
    - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais
    - Assegurar que as ações tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária



Principais Marcos Normativos





#### → ASSISTENCIA SOCIAL

- Diretrizes:
  - » I Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
  - » II Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;



#### → ASSISTENCIA SOCIAL

- Diretrizes:
  - » III Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
  - » IV Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.



- Funções da Política Nacional da Assistência Social- 2004
  - Prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade, através da rede socioassistencial formada pelo poder público e a sociedade civil.



#### Rede Socioassistencial

– A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, que ofertam e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social.

#### Execução das ações:

 Realizadas diretamente pelos órgãos governamentais ou por ONGS por meio de celebração de convênios, acordos ou parcerias.



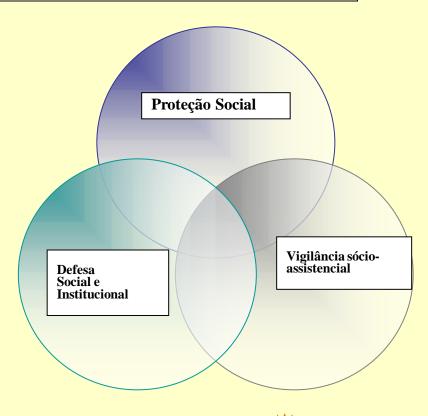
- Componentes da Rede Socioassistencial conforme a LOAS, PNAS e NOB/SUAS
  - » Serviços: atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e são voltadas às necessidades básicas,
  - » Programas: Ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
  - » Projetos: de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente.



- Componentes da Rede Socioassistencial conforme a LOAS, PNAS e NOB/SUAS
  - » Benefícios: O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais
  - » Transferência de renda: Programas de transferência de renda visam repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários como forma de acesso a renda



FUNÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL





- Proteção Social Básica
  - Atua no nível de prevenção primária: previne de situações de risco, desenvolve potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, seu principal objetivo.



- Porta de entrada para todos os serviços e benefícios da Assistência Social
  - » Programa de Atenção Integral às Famílias;
  - » Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza - PAIF;
  - » Centros de Convivência para Idosos;
  - » Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;



- Porta de entrada para todos os serviços e benefícios da Assistência Social
  - » Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
  - » Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.
  - » Outros.



#### CRAS e a Proteção Social Básica

 O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é na Política Nacional de Assistência Social a unidade pública estatal de base territorial.

#### Função do CRAS

- Executa serviços de proteção social básica.
- Organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais
- Atua com famílias e indivíduos visando a orientação e o convívio socio-familiar e comunitário.
- Serve de elo entre a população usuária da assistência social e as demais políticas sociais



- A Proteção Social Especial de média e alta complexidade e o CRES – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
  - Atendimento assistencial destinada a famílias, grupos e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social.
    - » por ocorrência de abandono,
    - » maus tratos físicos e, ou, psíquicos,
    - » abuso sexual,
    - » uso de substâncias psicoativas,
    - » cumprimento de medidas sócio-educativas,
    - » situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Fundação João Mangabeira

# PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL Média complexidade Alta complexidade CRAS - Projetos - Projetos - BENEFÍCIOS Alta complexidade SERVIÇOS - Programas - Projetos - BENEFÍCIOS BENEFÍCIOS

- Rede de serviços de atendimento domiciliar, albergues, abrigos, moradias provisórias para adultos e idosos, garantindo a convivência familiar e comunitária;
- Rede de serviços de acolhida para crianças e adolescentes com repúblicas, casas de acolhidas, abrigos e família acolhedora;
- Serviços especiais de referência para pessoas com deficiência, abandono, vítimas de negligência, abusos e formas de violência;
- d) Ações de apoio a situações de riscos circunstânciais, em decorrência de calamidades e emergência.



#### CRES - Serviços:

- » Serviço de orientação e apoio socio-familiar;
- » Plantão Social;
- » Abordagem de Rua;
- » Cuidado no Domicílio;
- » Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- » Medidas sócio-educativas em meio-aberto (PSC Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida).



#### CRES – Serviços:

- » Atendimento Integral Institucional;
- » Casa Lar República Casa de Passagem -Albergue;
- » Família Substituta Família Acolhedora;
- » Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, - Internação provisória e sentenciada);
- » Trabalho protegido.



#### Defesa Social e Institucional

- Direitos e defesa, através de ouvidorias, centros de referências, centro de apoio sócio-jurídico
  - » Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos;
  - » Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade;
  - » Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas;
  - » Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses;
  - » Direito do usuário à oferta qualificada de serviço;
  - » Direito de convivência familiar e comunitária.



- Vigilância socioassistencial
  - Capacidade para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável.
  - Produção e sistematização de informações, construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
  - Levantamento e divulgação das características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos.



- ➡SUAS Sistema Único da Assistência Social
  - "Um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira [...]".
- Descentralização no SUAS
  - » Constituição Federal de 1988;
  - » Lei Orgânica da Assistência Social;
  - » Leis estaduais e municipais;
  - » PNAS, 2004;
  - » Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2005.



#### SUAS: Objetivos e desafios

- » Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- » Matricialidade sociofamiliar;
- » Territorialização;
- » Descentralização político-administrativa;
- » Financiamento partilhado entre os entes federados;
- » Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- » Valorização da presença do controle social.
- » Participação popular/cidadão usuário;
- » Qualificação de recursos humanos;
- » Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.



- SUAS: modalidade de gestão
  - Funções Gestoras no SUAS
  - UNIÃO:
    - » Implementação da Política Nacional de Assistência Social e a coordenação geral do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social.
  - ESTADOS:
    - » Implementação da Política Estadual de Assistência Social e a coordenação geral do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, no seu âmbito.
  - MUNICÍPIOS e DF:
    - » Coordenação local e execução da Política de Assistência Social.



#### Gestores do SUAS

- no âmbito nacional >>o Ministério de Combate a Fome;
- no âmbito estadual >>o Secretário de Estado da Assistência;
- no âmbito municipal>> o Secretário Municipal de Assistência Social.



- Níveis de Gestão do SUAS
  - Gestão Plena
  - Gestão Básica
  - Gestão Inicial



GESTÃO PLENA: O município terá gestão total das ações da assistência social. O gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial em seu município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos existentes em seu município



 GESTÃO BÁSICA: O município assume a gestão da proteção social básica na assistência social.
 Os objetivos estratégicos: mudar o perfil dos serviços pela introdução de práticas preventivas



#### **→** GESTÃO INICIAL:

- O município opta por atender aos requisitos previstos no art. 30 da LOAS e seu parágrafo único, acrescido pela lei 9.720/98;
- aloca e executa recursos financeiros próprios no Fundo de Assistência Social para as ações de Proteção Social Básica.



- Financiamento e a divisão de responsabilidades
  - Integra o orçamento da Seguridade Social e é partilhado pelas três esferas de governo e a sociedade.
  - O financiamento do SUAS é responsabilidade comum dos três níveis de governo
    - » Os critérios de partilha de recursos e de transferência de recursos do SUAS rompem com a lógica de financiamento praticada mediante relação convenial
    - » Institui critérios de partilha com base técnica e critérios de transferência por meio dos pisos de proteção social
    - » Regulação específica e com efetivo repasse regular e automático fundo a fundo.



- ➡ Instrumentos de gestão NOB/SUAS:
  - Plano de Assistência Social
  - Orçamento da Assistência Social
  - Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação
  - Relatório Anual de Gestão
- GEOSUAS Georreferenciamento do Sistema Único de Assistência Social
- Finalidade
  - Subsidiar a tomada de decisões no processo de gestão da política nacional de assistência social



As Instâncias de Articulação, Pactuação e





- Missão dos Conselhos da Assistência Social Nacional – Estadual e Municipal
- → CNAS, CEAS E CMAS
  - Operacionalizar o princípio constitucional da participação comunitária e assegurar o controle social sobre as ações e serviços da assistência social.
  - São órgãos permanentes e obrigatórios do SUAS, assumindo atribuições legais e caráter deliberativo.



#### Desafios

- Descentralização precisa avançar sem perder a visão nacional e integradora, acompanhadas de estratégias solidárias de coordenação e cooperação.
- Implementação das estruturas e processos previstos em lei num país com dimensões continentais, desigualdades regionais profundas e um sistema federativo sem tradição de relações intergovernamentais solidárias.
- Ampliação do acesso da população às ações e serviços considerando as condições políticas, institucionais, jurídicas e financeiras que foram conquistadas.



#### Desafios

- Superação da tradição histórica da política do favor e da benemerência, do primeiro-damismo e do clientelismo eleitoral.
- Instituição do novo pacto federativo também no plano das relações mais cooperativas.
- Mudança cultural em relação ao modo como a sociedade brasileira vê e convive com a desigualdade, a pobreza, a violência, o abandono e o sofrimento humano dos cidadãos deste país.

